

**Procuradoria Geral do Estado
Centro de Estudos**

**9º Concurso Público para Procurador do Estado
Gabarito da Prova Objetiva**

1 - A	11 - C	21 - D	31 - A	1 - A	1 - C	61 - A	71 - C	81 - D	91 - D
2 - D	12 - C	22 - C	32 - B	2 - B	2 - C	62 - C	72 - B	82 - D	92 - C
3 - D	13 - D	23 - B	33 - C	3 - D	3 - A	63 - B	73 - C	83 - B	93 - C
- C	1 - D	2 - D	3 - C	- B	- B	6 - D	7 - C	8 - B	9 - C
- C	1 - C	2 - A	3 - A	- D	- A	6 - B	7 - D	8 - C	9 - B
6 - D	16 - C	26 - A	36 - A	6 - A	6 - A	66 - C	76 - C	86 - C	96 - A
7 - A	17 - B	27 - D	37 - D	7 - D	7 - C	67 - B	77 - C	87 - C	97 - B
8 - B	18 - B	28 - B	38 - C	8 - B	8 - C	68 - B	78 - D	88 - B	98 - C
9 - A	19 - C	29 - D	39 - D	9 - B	9 - D	69 - B	79 - C	89 - A	99- Anulada
10 - D	20 - C	30 - B	0 - B	0 - B	60 - A	70 - D	80 - A	90 - A	100 - D

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS**

**9º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA
DE PROCURADOR DO ESTADO DE GOIÁS¹**

PROVA ESCRITA OBJETIVA – 18/11/2001
DURAÇÃO DA PROVA: 04 (QUATRO) HORAS

INSTRUÇÕES

01 – VOCE ESTÁ RECEBENDO O CADERNO DE PROVAS E O CARTÃO DE RESPOSTAS. CERTIFIQUE-SE DE QUE A PROVA CONTÉM 100 (CEM) QUESTÕES, COM QUATRO ALTERNATIVAS DE “A” a “D”;

02 – QUALQUER IRREGULARIDADE, COMO IMPRESSÃO ILEGÍVEL, AUSÊNCIA DE IMPRESSÃO, CADERNO INCOMPLETO, REPETIÇÃO DE PÁGINA OU DE QUESTÃO, DEVE SER COMUNICADA AO SUPERVISOR DA SALA PARA A SUBSTITUIÇÃO DO CADERNO DE PROVAS;

03 – NÃO É PERMITIDA QUALQUER CONSULTA;

04 – É VEDADA A COMUNICAÇÃO ENTRE CANDIDATOS E NESSA HIPÓTESE ESTÁ O FISCAL AUTORIZADO A EXIGIR A DEVOLUÇÃO DO CADERNO DE PROVAS, DO CARTÃO DE RESPOSTAS E A RETIRADA DO CANDIDATO DA SALA, QUE FICARÁ EXCLUÍDO DO CONCURSO;

05 – QUALQUER OCORRÊNCIA DIGNA DE NOTA DEVERÁ SER IMEDIATAMENTE TRANSMITIDA AO FISCAL DA SALA, COM PEDIDO PARA CONSIGNA-LA EM ATA;

06 – O CARTÃO DE RESPOSTAS DEVERÁ SER ASSINALADO DE MODO A PREENCHER COMPLETAMENTE O ESPAÇO DA ALTERNATIVA CORRETA;

07 – O CARTÃO DE RESPOSTAS É INSUBSTITUÍVEL, SENDO O ÚNICO INSTRUMENTO DE AFERIÇÃO DA NOTA. NÃO DEVERÁ SER RASURADO OU AMASSADO;

08 – HÁ SOMENTE UMA ALTERNATIVA CORRETA EM CADA QUESTÃO. AS RESPOSTAS COM RASURAS OU DUPLAMENTE MARCADAS ANULARÃO A QUESTÃO;

09 – LANCE SEU NOME DE MANEIRA LEGÍVEL E ASSINE O CARTÃO DE RESPOSTAS ANTES DE RESTITUÍ-LO;

10 – O CADERNO DE PROVAS PODERÁ SER LEVADO PELO CANDIDATO.

BOA PROVA !

¹ 9º Concurso Público para ingresso na carreira de Procurador do Estado de Goiás. BANCA EXAMINADORA: Direito Constitucional: Umberto Machado; Direito Administrativo: Jesus Alves Freire; Direito Civil: Hector Valverde Santana; Direito Processual Civil: Valentina Jungmann Cintra Alla; Direito Tributário: Benedito de Paula e Sousa; Direito do Trabalho: Sonimar Fleury Fernandes de Oliveira. – Goiânia/Go – Novembro/2001 - © CEJUR

**COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS
9º CONCURSO PÚBLICO**

**GRUPO I - PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO
ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL¹**

QUESTÃO Nº 01

VALOR 15,0 PONTOS

O que seriam, na teoria do Direito Constitucional, “ações afirmativas” ? Cite um exemplo concreto.

QUESTÃO Nº 02

VALOR 15,0 PONTOS

O que seriam os fatores reais de poder na elaboração de uma ordem constitucional ? Descreva-os minuciosamente.

QUESTÃO Nº 03

VALOR 15,0 PONTOS

O que seria a “interpretação conforme a Constituição” no controle de constitucionalidade ? Cite exemplo concreto.

QUESTÃO Nº 04

VALOR 15,0 PONTOS

Sabendo-se que, de conformidade com a Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, a Administração Pública não só pode, como deve rever seus atos, quando eivados de vícios, pergunta-se: I) A Administração Pública sempre poderá anular seus próprios atos, quando ilegais ? II) Existem exceções ? III) Quais são elas ? Responda às indagações, em sucinto comentário.

¹ 9º Concurso Público – Procurador do Estado de Goiás – Prova de Direito Constitucional e Administrativo – Banca Examinadora: Umberto Machado e Jesus Alves Freire – Goiânia – GO - © CEJUR 2001

QUESTÃO Nº 05

VALOR 40,0 PONTOS

Tendo Secretário de Estado recebido, em setembro de 1.998, correspondência anônima dando contas de que, no exercício de suas funções, Joaquim do Araguaia Pescador, servidor público estadual, estável, teria cometido falta grave determinou, após averiguação pessoal, a instauração de sindicância para apurar o fato.

A Comissão de Sindicância, após as diligências de praxe, apurou serem verdadeiros os fatos narrados na citada correspondência anônima e mais: Joaquim do Araguaia Pescador teria sido seu autor. Chamado para interrogatório, Joaquim não compareceu, nem constituiu procurador para defendê-lo.

Transcorrido o prazo, “in albis”, a Comissão de Sindicância elaborou relatório propondo a instauração do competente processo administrativo disciplinar e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público para a propositura da ação penal.

Instaurado, em janeiro de 1.999, o processo administrativo disciplinar observou os procedimentos legais, inclusive o contraditório e a ampla defesa, tendo a comissão processante concluído pela culpa do indiciado, pois restou provado que o mesmo, em maio de 1.996, cometera grave infração administrativa, punível com a pena de demissão.

Elaborado o relatório, no qual ficou caracterizada a infração e o dispositivo legal transgredido, foi o mesmo encaminhado à autoridade competente, com a sugestão de que Joaquim do Araguaia Pescador fosse demitido.

O decreto de demissão foi publicado no Diário Oficial do Estado, em junho de 2001.

A ação penal foi Julgada, posteriormente, e o Juiz absolveu Joaquim do Araguaia Pescador “... **por não constituir o fato infração penal**” – (C.P.P.ART. 386, III).

Juntando a sentença penal que lhe foi favorável, Joaquim requereu revisão do processo administrativo que culminou com sua demissão – e sua conseqüente reintegração ao cargo - argumentando:

- a. *que a Constituição Federal (art. 5º, IV) veda o anonimato;*
- b. *que houve cerceamento de defesa, no processo de sindicância pois, constatada a revelia, não lhe fora indicado defensor dativo, como manda a lei;*

- c. *que ocorrera a extinção da punibilidade pelo advento do instituto da prescrição;*
- d. *que fora absolvido, na esfera criminal, na qual havia sido processado sob idêntico fundamento.*

Após, reanalisar todo o processado, inclusive o relatório e o julgamento, reinquirir testemunhas e mais uma vez ouvir o acusado, a Comissão Revisora do Processo Administrativo Disciplinar opinou pela procedência do pedido, sob três argumentos fundamentais:

- i. *inúmeras contradições constantes dos depoimentos das testemunhas;*
- ii. *absolvição do acusado na esfera penal, "... com base nas disposições do artigo 386, Inciso III, do Código de Processo Penal"; e*
- iii. *aplicação, in casu, do brocardo latino: "in dubio, pro réu".*

A comissão revisora não feriu o tema da prescrição, nem do cerceamento de defesa nem, muito menos, do anonimato da denúncia, alegados no pedido de revisão.

O Secretário adotou o parecer da Comissão Revisora e encaminhou os autos ao Gabinete Civil da Governadoria "**... para a adoção das medidas com vistas à reintegração de Joaquim do Araguaia Pescador, em seu antigo cargo**", com a informação da existência de vagas.

O Gabinete Civil solicitou parecer da Procuradoria-Geral; o processo foi distribuído a você, Procurador do Estado; emita parecer conclusivo sobre o tema, indicando se o pedido de reintegração deve ser acatado ou não; fundamente sua tese. (Dispensável o relatório).

Boa Prova!

**COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS
9º CONCURSO PÚBLICO**

GRUPO II - PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL²

QUESTÃO Nº 01

VALOR 15,0 PONTOS

Sobre a teoria geral da prova responda:

1 - É permitido às partes modificar livremente os critérios arrolados na lei para a distribuição do ônus da prova, sem violar garantia legal ou constitucional ? Exemplifique a resposta;

2 - Constitui direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus das prova, a seu favor, no processo civil, quando a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for o consumidor hipossuficiente. Pergunta-se: 2.1 - O que se deve entender por verossimilhança da alegação ? 2.2 - A hipossuficiência deve ser entendida como sinônimo de vulnerabilidade ?

3 - A(s) diferença(s) entre prova ilícita e prova atípica.

QUESTÃO Nº 02

VALOR 15,0 PONTOS

Determinado acórdão foi omissivo em enfrentar determinado tema federal e/ou constitucional. A parte prejudicada opôs embargos de declaração, para prequestionar a matéria, visando a interposição do(s) recurso(s) de natureza excepcional. Todavia, o Tribunal de apelação não os proveu, afirmando apenas que “não houve omissão no julgado”. Nesse caso, para os Tribunais Superiores foi atendido o requisito do prequestionamento ? Como deve proceder a parte recorrente ?

² 9º Concurso Público – Procurador do Estado de Goiás – Prova de Direito Processual Civil e Direito Civil – Banca Examinadora: Valentina Jungmann Cintra e Hector Valverde Santana – Goiânia – GO - © CEJUR 2001

QUESTÃO Nº 03

VALOR 15,0 PONTOS

A doutrina reconhece que o dano moral é a lesão de direitos integrantes da personalidade. Assim, é possível a configuração do dano moral contra pessoa jurídica? Em caso positivo, disserte sobre questões relacionadas à acumulabilidade com o dano material, prova e arbitramento.

QUESTÃO Nº 04

VALOR 15,0 PONTOS

Quais são as principais limitações (legais e voluntárias) ao direito de propriedade?

QUESTÃO Nº 05

VALOR 40,0 PONTOS

A Sra. “A” propôs, no foro da Capital, ação ordinária de indenização contra o Estado “B”, alegando, em síntese, que seu filho “C”, famoso assaltante de bancos da região, com 22 anos de idade, cumprindo pena no “Centro Penitenciário da Capital”, autarquia estadual, foi violentamente assassinado por um de seus companheiros de cela, por meio de arma de fogo, cujo ingresso foi facilitado por um agente penitenciário (Sr. “D”), que está sendo processado criminalmente por tal delido. Afirma que, sendo viúva e aposentada, a sua manutenção se dava pela ajuda do filho, que explorava um bar próximo à sua residência. Ao formular o pedido, pugnou pelo recebimento de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, até quando seu filho completasse 65 (sessenta e cinco) anos de idade, o que resultaria na quantia de R\$ 61.920,00, mais indenização pelo dano moral sofrido, em valor a ser arbitrado pelo juiz, mas não inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); condenação no pagamento das despesas com o funeral, no valor de R\$ 2.000,00 e na sucumbência devida. Juntou os seguintes documentos: a) - certidão de nascimento de “C”; b) - recortes de jornais da Capital dando notícia do homicídio; c) - fotografias da fachada de um bar. O órgão competente forneceu as seguintes informações a respeito da vítima, relatando sobre os motivos que levaram à sua morte: “A própria vítima criou as condições para o seu homicídio, ao liderar uma rebelião de detentos na Penitenciária, o que, além de acarretar inúmeros danos às instalações físicas ali existentes (paredes derrubadas, colchões queimados,

**COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS
9º CONCURSO PÚBLICO**

**GRUPO III - PROVA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO DO
TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO³**

QUESTÃO Nº 01
PONTOS

VALOR 15,0

O conceito legal de tributo vem formulado no art. 3º do CTN, que não admite a instituição de tributo em natureza (*in natura*), ou seja, a prestação tributária deve ser pecuniária, vale dizer, *em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir*. Porém, a LC n.º 104/2001 acrescentou o inciso XI ao art. 156 do CTN admitindo a dação em pagamento em bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário. Pergunta-se: na ordem jurídica tributária nacional em vigor o sujeito passivo da obrigação tributária teria o direito subjetivo de quitar seu débito tributário mediante a entrega de bens diversos do dinheiro ? Justifique.

QUESTÃO Nº 02
PONTOS

VALOR 15,0

A Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, modificou a estrutura administrativa do Poder Executivo extinguindo Secretarias, Fundações e criando Agências. Dentre as extinções registra-se a da FEMAGO, e, dentre as criações, a AGEMAR, ambas situadas na 11ª Avenida, nº 1.272, Setor Leste Universitário, Goiânia Goiás, assim, respectivamente:

Art. 3º – Ficam extintas as seguintes autarquias e fundações:

.....

.....
VII – Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMAGO.

Parágrafo único – Os bens, os direitos e as obrigações das autarquias e fundações ora extintas são transferidos para o Estado de Goiás, podendo o Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho Estadual de Desestatização, dar-lhes outra destinação, ressalvado o interesse público.

.....

.....
Art. 6º – Ficam criadas, com a autonomia administrativa, financeira e patrimonial que lhes for conferida em regulamento as seguintes entidades autárquicas:

V – Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

§ 5º – A Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais absorverá as atividades da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMAGO e, conforme definido em

³ 9º Concurso Público – Procurador do Estado de Goiás – Prova de Direito Tributário e Direito do Trabalho e Processual do Trabalho – Banca Examinadora: Cleuler Barbosa das Neves e Sonimar Fleury Fernandes de Oliveira – Goiânia – GO - © CEJUR 2001

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

I – o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal é que, se assegurada, na Constituição Estadual, a garantia da inamovibilidade aos Procuradores do Estado, não há ofensa à Constituição Federal.

II – é admitida a desistência da ação após o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade.

III – a intervenção de terceiros não é admitida na ação direta de inconstitucionalidade, o que não ocorre com a ação declaratória de constitucionalidade.

IV – a concessão da medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade torna sempre aplicável a legislação anterior acaso existente.

Quantas assertivas estão corretas ?

a) 1 (uma); b) 2 (duas); c) 3 (três); d) 4 (quatro).

2) Quanto ao poder de emenda à Constituição, é correto afirmar:

a) a Constituição Federal de 1988 prevê a existência de limitações temporais ao poder de reforma, tais como a proibição de reforma do seu texto no período em que estiver vigente no país o estado de sítio.

b) a emenda constitucional que fira a capacidade de auto-organização do Estado-membro está contrariando uma limitação material implícita.

c) é vedada emenda constitucional tendente a abolir a República.

d) não pode uma emenda à Constituição Federal possibilitar que, através da edição de uma lei ordinária, se desconstitua direito adquirido, sob pena de ser possível a arguição de inconstitucionalidade desta lei.

3) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

I – nos termos da Constituição Federal, é vedado cobrar tributos “no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”. Portanto, norma jurídica publicada no Diário Oficial da União do último dia do ano, sem que tenha ocorrido a sua efetiva circulação, satisfaz o requisito da publicidade, este indispensável à vigência e eficácia dos atos normativos.

II – a taxa de iluminação pública é tributo de exação inviável, posto ter por fato gerador serviço inespecífico, não mensurável, indivisível e insuscetível de ser referido a determinado contribuinte, que deve ser custeado por meio do produto da arrecadação dos impostos gerais.

III – o princípio da capacidade contributiva não se aplica aos chamados impostos reais.

IV – é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

Quais as assertivas corretas:

a) I, e IV; b) I, e II; c) II e III; d) II e IV.

4) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

I – considerando-se que pertencem aos municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios, o Estado-membro pode delegar, em função disso, ao Município a imposição e arrecadação dessa espécie tributária.

II - as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais possuem natureza tributária, qualificando-se como taxas remuneratórias de serviços públicos, sujeitando-se, em consequência, quer no que concerne à sua instituição e majoração, quer no que se refere à sua exigibilidade, ao regime jurídico-constitucional pertinente a essa especial modalidade de tributo vinculado.

III - é vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

IV – é vedado à União a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos.

Quantas assertivas estão corretas ?

a) 1 (uma); b) 2 (duas); c) 3 (três); d) 4 (quatro).

5) Assinale a alternativa correta:

a) a ação popular não é meio adequado para anular ato lesivo ao meio ambiente.

b) segundo entendimento jurisprudencial atual e predominante dos Tribunais Superiores, é indispensável a anuência expressa e específica da assembléia geral dos integrantes da entidade de classe para que se possa ajuizar o mandado de segurança coletivo.

c) não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

d) se o direito líquido e certo for amparado por “habeas corpus”, o interessado poderá optar entre o ajuizamento deste remédio jurídico e a impetração do mandado de segurança.

6) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

I – a inconstitucionalidade orgânica consiste na infração à forma de elaboração de lei por ter sido editada por órgão incompetente.

II – o excesso de poder legislativo constitui uma inconstitucionalidade material.

III – a inconstitucionalidade mediata, também chamada de indireta, constitui-se, a bem da verdade, em um problema de ilegalidade, o que não se confunde com a noção rigorosa de inconstitucionalidade.

IV – se a lei em que se baseia o regulamento for declarada inconstitucional, estará configurada a hipótese de inconstitucionalidade derivada ou conseqüente.

Quantas assertivas estão corretas ?

a) 1 (uma); b) 2 (duas); c) 3 (três); d) 4 (quatro).

7) São formas de governo:

a) monarquia e república.

b) unitária e federativa.

c) parlamentarista e presidencialista.

d) bicameral e unicameral.

8) São normas constitucionais de eficácia contida:

- a) aquelas que, desde a entrada em vigor da constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamento e situações, que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.
- b) aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do Poder Público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas enunciados.
- c) aquelas em que o legislador traça esquemas gerais de estruturação e atribuição de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei.
- d) aquelas através das quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados interesses, limitou-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programas das respectivas atividades, visando a realização dos fins sociais do Estado.

9) Quanto ao Poder Judiciário, é incorreto afirmar:

- a) os Ministros vitalícios do Superior Tribunal Militar serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, dentre brasileiros de notável saber jurídico e reputação ilibada, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.
- b) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.
- c) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- d) o Tribunal Superior Eleitoral tem como seu Presidente e Vice-Presidente Ministros do Supremo Tribunal Federal.

10) Em relação aos crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República, é incorreto afirmar:

- a) é na Câmara dos Deputados que ocorre o juízo de admissibilidade da acusação, caso em que, se julgada procedente por dois terços de seus integrantes, o Presidente da República será julgado perante o Senado Federal.
- b) quem preside o tribunal de juízo político que julgará o Presidente da República é o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) os atos contrários à probidade na administração podem configurar crime de responsabilidade.
- d) no Senado Federal haverá novo juízo de admissibilidade da acusação.

11) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

I – o interesse de agir, em ação direta de inconstitucionalidade, só existe enquanto estiver em vigor a norma jurídica impugnada, ficando, pois, a ação prejudicada na hipótese de perda de seu objeto por ter sido revogada essa norma, independentemente da verificação dos efeitos concretos que o ato haja produzido, pois eles têm relevância no plano das relações jurídicas individuais, não, porém, no controle abstrato das normas.

II – pela teoria da desconstitucionalização das leis, uma lei anterior à nova ordem constitucional e com ela incompatível é considerada revogada.

III - a ação direta de inconstitucionalidade visa apenas à tutela da ordem constitucional vigente, razão por que, se a inconstitucionalidade da norma impugnada foi arguida em face de ordem constitucional já revogada, a ação direta será considerada prejudicada.

IV – na ação direta interventiva exercita-se um controle concreto de constitucionalidade.

Quantas assertivas estão corretas ?

- a) 1 (uma); b) 2 (duas); c) 3 (três); d) 4 (quatro).

12) Assinale a alternativa correta:

- a) a nova ordem constitucional revoga as leis anteriores que com ela sejam incompatíveis formalmente.
- b) é possível ação rescisória de decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) se uma lei ordinária viola dispositivo de uma lei complementar, essa violação, de acordo com a teoria das “normas interpostas ou pressupostas”, consistirá uma inconstitucionalidade e não uma ilegalidade.
- d) é possível o controle abstrato de constitucionalidade, pela via direta, perante o Supremo Tribunal Federal, de uma lei municipal.

13) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

I – em relação ao controle abstrato de constitucionalidade, a primeira observação a ser feita é que hoje se torna possível o questionamento de uma lei estadual frente à Constituição Federal, ajuizando-se ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, como da mesma forma é possível questionar-se a mesma lei perante o Tribunal de Justiça local.

II – a circunstância de a ação de inconstitucionalidade sustentar ofensa a norma da Carta Estadual, que constitua repetição de norma da Constituição Federal, não é, em si, suficiente a autorizar, pela via da reclamação, interdite o STF o conhecimento e julgamento do litígio de constitucionalidade pela Corte local, que lhe foi presente com base na competência a ela originariamente conferida .

III – da decisão de tribunal de justiça, em representação de inconstitucionalidade poderá caber recurso extraordinário.

IV – em se tratando, no caso, de lei estadual, esta poderá, também, ser simultaneamente impugnada no STF, em ação direta de inconstitucionalidade. Se isso ocorrer, dar-se-á a suspensão do processo de representação no Tribunal de Justiça, até a decisão final da Corte Suprema.

Quantas assertivas estão corretas ?

- a) 1 (uma); b) 2 (duas); c) 3 (três); d) 4 (quatro).

14) Em relação à ordem econômica, é incorreto afirmar:

- a) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, e tem como princípios, entre outros, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego, a defesa do meio ambiente e a função social da propriedade.
- b) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra e assegurado ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma do que dispuser a lei.
- c) a autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.
- d) dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

15) Assinale a alternativa correta:

- a) cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- b) a vedação de cobrança no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que instituiu o tributo ou o aumentou não se aplica ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- c) o imposto sobre transmissão "causa mortis" não pode ser instituído pelo Distrito Federal.
- d) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

16) Assinale a alternativa incorreta:

- a) é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, entre outras medidas sucessivas, parcelamento ou edificação compulsórios.
- b) no caso de intervenção da União no Estado para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, a decretação da intervenção dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.
- c) se violado o princípio da autonomia municipal, a intervenção dependerá do provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral de Justiça.
- d) o Estado não intervirá em seus Municípios exceto quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

17) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos requisitos de, entre outros, observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- b) na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, apenas a indenização das benfeitorias úteis será em dinheiro.
- c) aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- d) são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

18) Assinale a alternativa incorreta:

- a) os Territórios são considerados, pela Constituição Federal vigente, como autarquias ou simples descentralização administrativo-territorial da União.
- b) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- c) aos membros do Ministério Público Especial - aquele que atua junto aos Tribunais de Contas - aplicam-se as disposições relativas ao Ministério Público pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.
- d) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

19) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

- I – nos projetos de lei de iniciativa reservada do Presidente da República, a apresentação pelos parlamentares de emenda é vedada, exceto em matéria orçamentária.
- II – a fase de deliberação no processo legislativo é propriamente constitutiva da lei.
- III – o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- IV – as normas gerais, de que trata a competência legislativa concorrente, serão sempre complementares.

Quantas assertivas estão corretas ?

- a) 1 (uma); b) 2 (duas); c) 3 (três); d) 4 (quatro).

20) Analise a correção das seguintes assertivas e responda:

- I – o princípio da universalidade do orçamento se completa com a regra do orçamento bruto, ou seja, as parcelas das receitas e das despesas devem figurar em bruto no orçamento, isto é, sem qualquer dedução.
- II – nada impede que a lei orçamentária contenha dispositivo que altere outros diplomas legislativos, como, a título exemplificativo, o Código Comercial.
- III – se o projeto de lei orçamentária anual for rejeitado os recursos que, em decorrência da rejeição, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos suplementares ou especiais.

IV – o projeto de lei de diretrizes orçamentárias não pode ser rejeitado, nos termos em que está previsto na Constituição Federal.

Quantas assertivas estão corretas ?

- a) () 1 (uma); b) () 2 (duas); c) () 3 (três); d) () 4 (quatro).

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

21) Atribuição dos Chefes do Poder Executivo e derivados do Poder Regulamentar, os regulamentos visam explicar a lei e facilitar sua execução (regulamento de execução); por isso,

- a) podem dispor sobre matéria ainda não tratada em lei;
- b) podem ser delegados para o Ministro de Estado ao qual o assunto legal está afeto;
- c) podem dispor sobre todas as matérias de competência da União;
- d) devem ser publicados, da mesma forma que é publicada a lei que pretendem regulamentar.

22) As Autarquias e as Empresas Públicas são entidades públicas, integrantes da Administração Indireta e, como tais:

- a) são pessoas jurídicas de direito público;
- b) são pessoas jurídicas de direito privado;
- c) a lei cria a autarquia mas não pode criar a empresa pública;
- d) se a Empresa Pública for de direito público, deverá ser criada por lei, se for de direito privado, não.

23) Nos termos da Constituição Federal, os serviços públicos de telecomunicações, de gás canalizado e de transporte coletivo, estão afetos, respectivamente, à União, aos Estados e aos Municípios e poderão ser prestados:

- a) diretamente ou mediante concessão ou permissão, os da União, dos Estados e dos Municípios;
- b) diretamente ou mediante concessão ou permissão, os da União e dos Municípios;
- c) diretamente ou mediante concessão ou permissão, os da União e dos Estados;
- d) diretamente ou mediante concessão ou permissão, os dos Municípios e dos Estados.

24) Sabe-se que existem duas espécies de desapropriação: a ordinária e a extraordinária; sobre elas pode-se afirmar que:

- a) ordinária pode recair sobre qualquer bem (salvo vedações legais) e a extraordinária só pode recair sobre imóveis rurais;
- b) tanto a ordinária, como a extraordinária pressupõem indenização justa, prévia e em dinheiro;
- c) a ordinária é forma originária, e a extraordinária é forma derivada de aquisição da propriedade;
- d) o poder expropriatório é discricionário, embora a transferência da propriedade para a Administração Pública ou seus delegados seja compulsória.

25) Sabe-se que as autarquias têm os mesmos privilégios administrativos de que são dotadas as entidades estatais que as criarem; entre os privilégios das autarquias está incorreto listar:

- a) imunidade de tributos sobre seu patrimônio, rendas e serviços vinculados às suas finalidades;
- b) prescrição quinquenal de suas dívidas passivas; execução fiscal de seus créditos e recurso de ofício nas sentenças que julgarem improcedente essa execução;
- c) impenhorabilidade de seus bens e rendas; impossibilidade de usucapião sobre seus bens imóveis e inalienabilidade de seu patrimônio, sem lei que o autorize;
- d) ação regressiva contra seus servidores; prazo em quádruplo para contestar e prazo em dobro para recorrer.

26) No que se refere à responsabilidade do servidor público é incorreto afirmar:

- a) a obrigação de reparar o dano causado à Administração é pessoal e não atinge os sucessores;
- b) a responsabilização dos servidores públicos é dever genérico da administração e específico de todo chefe, em relação a seus subordinados;
- c) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria;
- d) a responsabilidade criminal abrange tanto os crimes como as contravenções imputadas ao servidor como tal.

27) A responsabilidade civil do funcionário público decorre de:

- a) ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo que resulte em prejuízo ao erário;
- b) ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo que resulte em prejuízo a terceiros;
- c) ato comissivo ou omissivo, doloso, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros;
- d) ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

28) A ausência de uma cláusula contratual considerada necessária, pela Lei 8.666/93, levará à nulidade do contrato; entre essas cláusulas não se enumeram:

- a) o objeto, seus elementos característicos e o crédito pelo qual correrá a despesa;
- b) os casos de alteração do contrato, suas diretrizes e os casos de interrupção de sua execução;
- c) as condições de pagamento, os critérios de atualização monetária e as garantias oferecidas, quando exigidas;
- d) o regime de execução ou a forma de fornecimento e os direitos das partes.

29) A alienação de bens públicos imóveis (salvo as exceções legais) depende de:

- a) lei, avaliação e licitação na modalidade de concorrência para a administração direta e entidades autárquicas, fundacionais e paraestatais;
- b) lei, avaliação e licitação, em qualquer das modalidades previstas na Lei 8.666/93, para a administração direta e entidades autárquicas e fundacionais;
- c) lei, avaliação e licitação, na modalidade de tomada de preços, para a administração direta e indireta, desde que o valor do imóvel esteja compreendido nessa modalidade de licitação.
- d) licitação na modalidade de concorrência e avaliação para as entidades paraestatais, qualquer que seja o valor do imóvel;

30) Em relação aos convênios e aos consórcios administrativos podemos afirmar que:

- a) convênios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie e os consórcios entre entidades públicas e particulares;
- b) os consórcios são firmados entre pessoas jurídicas da mesma espécie e os convênios entre pessoas jurídicas de espécies diferentes;
- c) O objeto dos convênios pode ser qualquer coisa (obra, serviço ou atividades); o dos consórcios, somente serviços públicos;
- d) os consórcios são dotados de personalidade jurídica; os convênios, não.

31) A inércia da Administração Pública, retardando ato ou fato que deva praticar enseja correção judicial e, inclusive, indenização ao particular e caracteriza:

- a) abuso de poder;
- b) excesso de poder;
- c) desvio de finalidade;
- d) omissão de poder.

32) Ao método adotado pelos Estados para corrigir, anular ou reformar os atos praticados pela Administração Pública dá-se o nome de Sistema Administrativo; o Brasil adota o:

- a) sistema do contencioso administrativo ou Sistema Francês;
- b) sistema de jurisdição única ou Sistema Inglês;
- c) sistema do contraditório administrativo ou sistema anglo-saxônico;
- d) sistema de dupla jurisdição ou sistema germânico.

33) Não é forma de intervenção na propriedade:

- a) a servidão administrativa;
- b) a ocupação temporária;
- c) o tabelamento de preços;
- d) a requisição administrativa.

34) A responsabilidade patrimonial do Estado, no Direito Brasileiro, é objetiva, enquanto que a do Agente Público é subjetiva. Assim, para que a ação regressiva tenha êxito, dois requisitos são necessários, quais sejam:

- a) culpa do funcionário e nexa com o dano causado à vítima;
- b) dano material causado à vítima e comprovação da culpa do funcionário;
- c) comprovação de que a Administração indenizou a vítima e culpa do funcionário;
- d) culpa do funcionário e comprovação de que a vítima não concorreu para o fato.

35) O servidor público estável, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, só perderá o cargo em virtude de:

- a) sentença judicial; processo administrativo ou avaliação de desempenho;
- b) sentença judicial ou processo administrativo;
- c) sentença judicial ou avaliação de desempenho;
- d) sentença judicial; processo administrativo ou sindicância.

36) Os atos administrativos têm elementos vinculados e discricionários; indique entre os elementos abaixo, aqueles vinculados em todos os atos administrativos:

- a) competência, finalidade e forma;
- b) competência, motivo e forma;
- c) finalidade, motivo e objeto;
- d) competência, objeto e motivo.

37) Se um funcionário obtiver a anulação judicial de sua demissão, será ele reintegrado em seu antigo cargo; o funcionário que ocupava sua vaga:

- a) será exonerado;
- b) será rebaixado ao cargo que anteriormente ocupava, porém indenizado;
- c) será aproveitado em outro cargo, porém indenizado;
- d) será reconduzido ao cargo anterior sem indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade remunerada.

38) Existem alguns elementos que são essenciais aos órgãos públicos; entre eles enumeram-se:

- a) função, agentes e especialidade;
- b) função, cargos e competência;
- c) função, agentes e cargos;
- d) todas estão corretas.

39) A modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a venda de bens inservíveis da Administração Pública denomina-se:

- a) concorrência pública;
- b) tomada de preços;
- c) convite;
- d) leilão.

40) Leia as alternativas abaixo, na seguinte ordem: 1) o servidor público tem direito à livre associação sindical; 2) por questões de crença religiosa o servidor, se convocado, não é obrigado à comparecer ao órgão, aos domingos; 3) o servidor público é obrigado a sindicalizar-se, em havendo sindicato da categoria a qual pertença; 4) a aposentadoria compulsória da mulher dar-se-á aos 65 anos de idade e a do homem aos 70; quanto a essas alternativas pode-se afirmar que:

- a) a 1ª e a 4ª estão corretas;
- b) somente a 1ª está correta;
- c) a 2ª e a 3ª estão corretas;
- d) somente a 4ª está correta.

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

41) Assinale a alternativa correta:

- a) ab-rogação é a supressão total da lei anterior;
- b) derrogação é a supressão total da lei anterior;
- c) ab-rogação é o gênero, enquanto derrogação e revogação são espécies que relacionam-se ao princípio da continuidade da lei;
- d) todas as alternativas acima estão erradas.

42) Assinale a alternativa correta:

- a) o domicílio da União é o lugar determinado pelo Presidente da República;
- b) o domicílio do militar em serviço ativo é o lugar onde servir;
- c) o domicílio do preso é sempre o lugar onde ocorreu o crime pelo qual cumpre pena;
- d) a pluralidade domiciliar é vedada pelo Código Civil.

43) Quanto às servidões é correto afirmar:

- a) as servidões aparentes são as que se revelam por obras exteriores, indispensáveis ao seu exercício;
- b) a proibição de construir além de certa altura é considerada servidão não-aparente;
- c) as servidões em geral submetem-se a registro;
- d) todas as alternativas acima.

44) É considerada obrigação de prestação inexigível judicialmente, vedada a repetição do pagamento indevido, exceto:

- a) a dívida de jogo e aposta;
- b) a dívida decorrente de alimentos;
- c) a dívida de juros não estipulados;
- d) a dívida prescrita.

45) A doutrina considera como decadencial, exceto:

- a) o prazo para propor a ação rescisória;
- b) o prazo para o doador propor ação visando a revogação da doação;
- c) o prazo para o cônjuge coato propor ação anulatória do casamento;
- d) o prazo para o segurado propor ação de indenização contra o segurador.

46) Nos contratos de consumo:

- a) a garantia contratual é complementar à legal;
- b) a garantia contratual independe de termo escrito;
- c) existindo garantia contratual, desconsidera-se a garantia legal;
- d) a garantia legal é de 180 (cento e oitenta) dias para todos os produtos e serviços.

47) Assinale a alternativa correta:

- a) as cláusulas abusivas estão contidas em rol taxativo pelo Código de Defesa do Consumidor;
- b) é válida cláusula contratual que estabeleça a inversão do ônus da prova em favor do fornecedor de produtos e serviços;
- c) toda cláusula de contrato de consumo é interpretada com observância da boa-fé subjetiva do fornecedor de produtos e serviços;
- d) a nulidade de uma cláusula abusiva não invalida o contrato de consumo.

48) A sistemática contratual do Código de Defesa do Consumidor considera nulas de pleno direito as seguintes cláusulas, exceto:

- a) que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga;
- b) que estipulem a utilização da arbitragem para dirimir as questões entre as partes;
- c) que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais;

d) que nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor.

49) A exceção de inadimplemento (*exceptio non adimpleti contractus*) somente é admissível:

- a) em contratos unilaterais;
- b) em contratos bilaterais com prestações simultâneas;
- c) em contratos bilaterais com prestações sucessivas;
- d) todas as alternativas acima estão corretas.

50) Assinale a alternativa correta:

- a) são impedidas de se casarem as pessoas maiores de 60 anos de idade;
- b) o casamento religioso para ter efeitos civis, independe do momento em que se realiza a habilitação dos noivos, que pode preceder ou suceder à cerimônia religiosa;
- c) no regime de comunhão parcial de bens, não comunicam-se as benfeitorias realizadas em bens particulares de cada cônjuge;
- d) configurada a união estável entre o homem e a mulher admite-se a sucessão *causa mortis* entre eles se houver contrato escrito.

51) Assinale a alternativa correta:

- a) a afinidade na linha reta se extingue com a dissolução do casamento que a originou;
- b) são parentes em linha reta as pessoas que provêm de um só tronco, sem descenderem uma da outra;
- c) no regime de separação legal de bens, comunicam-se os bens adquiridos na constância do casamento;
- d) o casamento celebrado por autoridade incompetente é anulável.

52) Assinale a alternativa correta:

- a) o direito de representação dá-se na linha reta ascendente, mas nunca na descendente e excepcionalmente na linha colateral;
- b) o direito de representação dá-se exclusivamente na linha transversal;
- c) o direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente e excepcionalmente na linha transversal;
- d) o renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.

53) Assinale a alternativa correta:

- a) o credor de dívida líquida e certa ainda não vencida, pode requerer habilitação no inventário;
- b) o legatário é sempre parte ilegítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio;
- c) nenhum dos co-herdeiros pode reclamar a universalidade da herança ao terceiro, que indevidamente a possui, não podendo este opor-lhe, em exceção, o caráter parcial do seu direito nos bens da sucessão;
- d) ao cego só se permite o testamento particular.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

54) O juízo rescindendo está sempre presente na ação rescisória, que é uma ação autônoma de impugnação. Além do que, sobre a referida ação é certo afirmar que:

- a) A sentença civil transitada em julgado, entre outras hipóteses, pode ser rescindida quando se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- b) Na execução da sentença, a decisão do juiz que, determina a exclusão de um dos beneficiários, sob pretexto de que ele não teria direito, se verificada alguma das hipóteses contidas no art. 485, do CPC, pode ser objeto de ação rescisória;
- c) Se o fato em torno do qual teria ocorrido erro foi objeto de controvérsia ou pronunciamento judicial no processo de que resultou a sentença rescindenda, é possível a rescisão desta, com fundamento no inc. IX, do art. 485, do CPC – erro de fato.
- d) O direito de propor ação rescisória extingue-se em dois anos, contados da intimação da decisão rescindenda (CPC 495), prazo esse decadencial, que não se interrompe nem se suspende.

55) O fenômeno jurídico da intervenção de terceiros ocorre quando uma pessoa torna-se parte em um processo no qual originariamente dele não participava. Sobre o assunto é falso afirmar que:

- a) Na ação de oposição são réus, em litisconsórcio necessário-unitário, o autor e o réu da ação “principal”, que passam a figurar como opostos, devendo ser citados na pessoa de seus respectivos advogados;
- b) Na ação reivindicatória de “A” contra “B”, em a qual “C”, afirmando-se legítimo titular do domínio, oferece oposição, “B”, réu na reivindicatória, reconhece a procedência do pedido do oponente. Nesse caso, a ação de oposição prosseguirá apenas contra “A”, e a ação reivindicatória de “A” contra “B” prosseguirá normalmente;
- c) Na ação promovida pelo credor apenas contra o fiador, este poderá chamar ao processo, formando litisconsórcio passivo, o seu afiançado, devedor principal, o que lhe permitirá, quando da execução, nomear à penhora bens livres e desembargados do devedor;
- d) A nomeação à autoria também é prevista em ações de indenização por danos causados à coisa, sempre que o autor material dos prejuízos alegar que agiu por ordem ou em cumprimento de instruções de terceiro.

56) O § 4º do art. 461, do CPC, autoriza expressamente a imposição de multa diária, até de ofício, para o caso de descumprimento do comando judicial contido na sentença ou na decisão que antecipe a tutela, sendo verdadeiras as assertivas abaixo, exceto:

- a) Trata-se de instrumento destinado a induzir o réu a cumprir o mandado e tem caráter exclusivamente ressarcitório ou compensatório.
- b) A aplicação da multa não fica condicionada a pura e simples discricionariedade do juiz, devendo ser cominada toda vez que se evidenciar sua utilidade, ainda que mínima, para influenciar a vontade do réu;
- c) Decorrido o prazo concedido para cumprimento do preceito – ou não havendo a pronta obediência, quando se exige cumprimento imediato –, passa a incidir a multa. Já quando a multa acompanha apenas ordem contida em sentença, e esta sujeita-se a apelação com efeito suspensivo, não haverá desde logo a imposição da ordem judicial ao réu;
- d) No curso do processo, tornando-se impossível a “tutela específica”, o juiz, de ofício, fará cessar a multa (observando o contraditório), já que a constatação da impossibilidade do cumprimento específico independe de pedido do autor.

57) A Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, regula a ação popular, sendo verdadeiras as afirmativas abaixo, exceto:

- a) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular;
- b) A sentença na ação popular terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova. Quando a sentença concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita a duplo grau de jurisdição;
- c) Se o autor popular desistir da ação e, após a publicação dos editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, da Lei Popular, nenhum cidadão se interessar em assumir essa titularidade, deverá o Ministério Público necessariamente promover o prosseguimento da ação;
- d) Qualquer pessoa responsável pelo ato impugnado, cuja existência ou identidade se torne conhecida no curso do processo e antes de ser proferida sentença final de primeira instância, deverá ser citada para a integração do contraditório, sendo-lhe restituído o prazo para contestação e produção de provas.

58) – É da substância do direito processual fornecer o rol dos meios de prova admitidos no processo, a discriminação detalhada da forma e do momento de sua produção, bem como a forma e os limites de sua avaliação pelo julgador. Vários são os princípios constitucionais e processuais que regem a prova, entre eles o da imediação, segundo o qual:

- a) o juiz que inicia a colheita de prova oral deve terminar a instrução, ficando vinculado ao processo, devendo, portanto, proferir a sentença de mérito;
- b) as provas devem ser realizadas, preferentemente, na audiência de instrução e julgamento;
- c) o juiz é quem colhe, direta e imediatamente, a prova, facultado às partes reperguntar aos depoentes e testemunhas;
- d) a prova, uma vez produzida, é adquirida pelo processo, não mais podendo dele ser extraída ou desentranhada, sendo irrelevante saber-se quem a produziu.

59) - A Lei da ação civil pública constituiu-se no primeiro instrumento para a defesa dos direitos difusos no Brasil, o que se fazia necessário mormente frente a proibição contida no art. 6º, do Código de Processo Civil, de que alguém viesse a juízo, em nome próprio, defender direito alheio. Sobre a referida ação pode-se afirmar como sendo verdadeiras as afirmativas abaixo, exceto:

- a) o foro competente para processar e julgar ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente é o do local onde ocorreu o dano. Caso o dano se verifique em mais de uma comarca, é competente qualquer uma delas, resolvendo-se a questão pela prevenção;
- b) a ação civil pública não deverá ser utilizada para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias ou outros fundos como o FGTS;
- c) a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;
- d) em sendo concedido mandado liminar, poderá a pessoa jurídica de direito público interessada requerer ao juiz processante a sua suspensão, desde que seja para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

60) Assinale a alternativa falsa (F):

- a) apenas o possuidor direto, que tenha justo receio de ser molestado na sua posse, pode requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório;
- b) a utilização da via especial da ação monitória é faculdade do credor, que pode, também, ajuizar a sua pretensão pelo procedimento comum;
- c) nas ações possessórias, é lícito ao réu, em sua contestação, pedir a proteção possessória e indenização por perdas e danos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor, independentemente de reconvenção;
- d) admite-se embargos de terceiro para a defesa da posse, quando nas ações de divisão ou de demarcação judicial, for o imóvel sujeito a atos materiais, preparatórios ou definitivos, da partilha ou da fixação de rumos;

61) – Na categoria dos writs constitucionais o mandado de segurança constitui direito instrumental sumário à tutela dos direitos subjetivos incontestáveis contra ilegalidade ou abuso de poder de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Sobre o referido instrumento heróico, marque com (V) as alternativas verdadeiras e com (F) as alternativas falsas:

- I) no mandado de segurança de competência originária de tribunal, o acórdão concessivo da ordem enseja impugnação pela via do recurso ordinário constitucional;
- II) praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança;

III) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato dos Tribunais de Justiça dos Estados;

IV) o duplo grau de jurisdição, no caso do mandado de segurança, não impede a eficácia, ainda que provisória, da sentença proferida.

Assim:

a) FVfV; b) VFVF; c) VVFF d) FFVV

62) – Os remédios destinados ao reexame das decisões judiciais têm sido objeto de acentuada variação no tempo e no espaço. No nosso direito processual civil algumas disposições gerais regulam a matéria. Aponte a alternativa que não coaduna com o nosso sistema jurídico recursal:

a) no litisconsórcio ativo unitário há interdependência entre os litisconsortes, fazendo com que o recurso interposto por um deles aproveite aos outros;

b) no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo.

Quando seu valor for inferior ao efetivamente devido, a lei permite que o recorrente seja intimado para complementá-lo, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção;

c) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido, desistir do recurso, já a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte;

d) o efeito devolutivo prolonga o procedimento, pois faz com que o processo fique pendente até que a decisão judicial não mais seja impugnável, quer pela inércia da parte, quer pelo esgotamento da instância recursal.

63) – Decorre do art. 496, do Código de Processo Civil, que somente são considerados recursos os meios impugnativos assim denominados e regulados na lei processual, sendo a regra geral do sistema recursal brasileiro o da taxatividade dos recursos. Sobre as espécies recursais são verdadeiras as alternativas abaixo, exceto:

a) a decisão interlocutória que determina o processamento de apelação, ainda quando esta seja inadmissível, não comporta recurso;

b) para que seja admissível o recurso adesivo é preciso que tenha havido sucumbência recíproca e o recorrido não tenha interposto recurso principal, conformando-se com a decisão que lhe fora adversa;

c) fica prejudicado o recurso extraordinário quando, tendo sido interposto simultaneamente o recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça haja provido este último;

d) da decisão que não admitir os embargos infringentes caberá agravo, em cinco (5) dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

64) – Sobre os instrumentos de resposta do devedor, no processo de execução, não se pode afirmar que:

a) não se admite dilação probatória na exceção de executividade, razão pela qual a prova deve ser documental e pré-constituída;

b) quando o objeto dos embargos for a desconstituição do próprio título, deles devem fazer parte todos aqueles que integraram o título executivo, porque trata-se de hipótese de litisconsórcio necessário-unitário;

c) a única nulidade do processo de conhecimento que poderá ser argüida em sede de embargos é a falta ou nulidade da citação, desde que tenha o processo corrido à revelia do embargante;

d) na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem exclusivamente sobre vícios ou defeitos das penhora, avaliação ou alienação dos bens.

65) – Sobre a coisa julgada não é verdadeira a afirmativa:

a) a parte da lide não decidida na sentença de mérito pode ser objeto da repropositura de outra ação, já que não se encontra acobertada pela autoridade da coisa julgada;

b) nas ações civis públicas que versem sobre direito individual homogêneo a coisa julgada terá eficácia *erga omnes*, procedente ou improcedente o pedido, salvo se a demanda for julgada improcedente por insuficiência de provas;

c) a coisa julgada atinge o assistente litisconsorcial, ainda que ele não tenha participado do processo;

d) não se admite a propositura de nova demanda para rediscutir a lide, com base em novas alegações, ainda que a parte tenha documento novo;

66) – Com a nova redação dada pela Lei 8.952/94 ao art. 273, foi introduzido em nosso sistema processual civil a possibilidade da antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial. Sobre o assunto pode-se afirmar que é verdadeira a assertiva:

a) existindo prova inequívoca e havendo fundado receio de dano irreparável poderá o juiz conceder *ex officio* a antecipação da tutela;

b) a denegação ou concessão da tutela antecipada é impugnável pelo recurso de agravo, que pode ser retido ou por instrumento, ficando a escolha a critério do recorrente;

c) quando a citação do réu puder tornar ineficaz a medida, ou, em caso de urgência, o juiz poderá conceder a tutela antecipada *inaudita altera pars*;

d) somente o autor pode beneficiar-se da tutela antecipatória, não sendo permitido ao réu formular tal pedido, ainda que em reconvenção ou em ação declaratória incidental;

67) – O procedimento sumário é espécie do gênero procedimento comum, sendo falsa (F) a alternativa:

a) não é admissível o chamamento ao processo no procedimento sumário;

b) no procedimento sumário, o autor deverá arrolar suas testemunhas, formular quesitos e indicar assistente técnico na petição inicial; enquanto o réu deverá fazê-lo antes de 10 (dez) dias da data da audiência de instrução e julgamento;

c) as ações que se processam pelo procedimento sumário têm caráter dúplice, sendo permitido que o réu deduza pedido na contestação, desde que fundado nos mesmos fatos articulados pelo autor na peça inicial;

d) qualquer que seja a decisão interlocutória proferida em uma das audiências (conciliação ou instrução e julgamento) do procedimento sumário, ela deverá ser impugnada através de agravo retido.

68) – Marque com (V) as alternativas verdadeiras e com (F) as alternativas falsas:

I) no processo discriminatório judicial deve ser observado o procedimento sumário, devendo a apelação ser recebida somente no efeito devolutivo, sendo facultada a execução provisória;

II) na ação de desapropriação, a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço, sendo que qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta;

III) no mandado de injunção o Judiciário não profere sentença normativa, mas sim mandamental, já que determina ao Legislativo a elaboração da lei, para que possa ser exercido o direito previsto na Constituição Federal;

IV) o *habeas data* só é cabível quando se busca obter dados e informações que, a respeito da pessoa do impetrante, constem de bancos de dados de entidades governamentais ou de órgãos de caráter público.

Assim:

a) FFVV; b) VVFF; c) VFVF; d) FVFF

69) Sobre as ações cautelares é falsa (F) a afirmativa:

a) quando a medida cautelar for concedida liminarmente ou após justificção prévia, o prazo para contestar o pedido, conta-se da juntada aos autos do mandado de sua execução;

b) cabe à parte a propositura da ação principal, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do proferimento da decisão concessiva da cautela, em sendo esta concedida em procedimento preparatório.

c) o requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida se a sentença no processo principal lhe for desfavorável.

d) o juiz concederá o arresto independentemente de justificção prévia, quando for requerido pela Fazenda Pública Estadual, nos casos previstos em lei.

70) Assinale a alternativa falsa (F):

a) quando os juízos se localizarem em comarcas diversas, a citação válida torna prevento o juízo;

b) as nulidades absolutas são decretáveis de ofício ou a requerimento das partes e são insuscetíveis de preclusão, podendo ser alegadas a qualquer tempo e grau de jurisdição ordinária;

c) apenas no caso de indeferimento liminar da petição inicial é que cabe o juízo de retratação da sentença, podendo o julgador reformar sua decisão;

d) a alteração do pedido ou da causa de pedir, após o saneamento do processo, só é permitida com o expresse consentimento do réu.

QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

71) Não estão sujeitos ao princípio da estrita legalidade os seguintes impostos:

a) Exportação, IOF, IPI e de Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ISTI).

b) Importação, IOF, ISS e ICMS.

c) IOF, Importação, IPI e Exportação

d) IPI, IOF, IPTU e Exportação.

72) A União poderá instituir outros impostos não previstos na Constituição Federal, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo coincidentes com os demais, nela previstos. O dispositivo constitucional em foco cuida da competência tributária:

a) extraordinária.

b) residual.

c) concorrente.

d) cumulativa.

73) No Distrito Federal, a instituição de tributos atribuídos aos Municípios:

a) não é legalmente prevista, por isso não são cobrados.

b) compete à União, à semelhança do que ocorre em relação aos Territórios.

c) compete ao próprio Distrito Federal.

d) todas as opções são incorretas.

74) São receitas derivadas:

a) as doações recebidas pelo Estado.

b) as provenientes de aluguéis de imóveis do Estado.

c) as resultantes de reparações de guerra, tributos e penalidades pecuniárias.

d) as decorrentes do exercício de atividades econômicas que refletem o papel do Estado como empresário, tais como a venda de produtos ou serviços produzidos ou prestados por empresas públicas e sociedades de economia mista.

75) São ditos seletivos, em função da essencialidade dos produtos:

a) o IR, o IOF e o IPTU.

b) o ITR, o ISS e o ICMS.

c) o IPI, o II e o IE.

d) o IPI, e o ICMS, apenas.

76) A transmissão de propriedade imobiliária no Brasil, resultante de inventário aberto no exterior:

a) está fora do campo de incidência do imposto estadual de transmissão “causa mortis” (CF/88, art. 155, § 1º, II “a” e “b”, com redação da EC nº 3, de 17/03/93).

- b) está isenta do imposto de transmissão “causa mortes”.
- c) está sujeita ao imposto de transmissão “causa mortes”.
- d) é imune de tributação pelo imposto sobre herança.

77) Imunidade é:

- a) inocorrência do fato gerador, em virtude de dispensa legal.
- b) dispensa legal do tributo.
- c) uma forma qualificada de não incidência por vedação constitucional do poder de tributar.
- d) modalidade de não incidência legal.

78) A competência tributária não pode ser delegada, salvo:

- a) quando autorizada pelo Congresso.
- b) quando autorizada pelo Poder Executivo.
- c) aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) no caso de atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

79) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar impostos sobre o patrimônio e a renda das autarquias:

- a) federais, estaduais e municipais.
- b) federais e estaduais, apenas.
- c) tão-somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais.
- d) a imunidade recíproca não alcança as autarquias.

80) Assinale a alternativa que só contém tributos cuja cobrança pode ser feita sem que a lei que os instituiu esteja em vigor antes do início do exercício financeiro:

- a) tarifa alfandegária, imposto sobre produtos industrializados e imposto lançado por motivo de guerra.
- b) imposto de renda devido exclusivamente na fonte, tarifa alfandegária e imposto lançado por motivo de guerra.
- c) tarifa alfandegária, imposto de renda devido pelas pessoas físicas e imposto lançado por motivo de guerra.
- d) tarifa alfandegária, imposto único sobre minerais e imposto lançado por motivo de guerra.

81) A natureza jurídica específica do tributo é determinada:

- a) pela destinação legal do produto de sua arrecadação.
- b) por suas características formais, dadas pela lei.
- c) pela denominação dada pelo legislador.
- d) pelo fato gerador da respectiva obrigação.

82) O nascimento da obrigação tributária decorre:

- a) do entrosamento da norma com o fato nela previsto, tecnicamente conhecido como hipótese de incidência.
- b) do lançamento.
- c) da ocorrência do fato gerador.
- d) as opções “a” e “c” são verdadeiras.

83) O lançamento é ato:

- a) declaratório do crédito tributário.
- b) constitutivo do crédito tributário.
- c) declaratório da obrigação tributária.
- d) opcional e discricionário da autoridade administrativa.

84) A medida cautelar fiscal:

- a) é útil ao Estado para promover o depósito dos bens do sujeito passivo (pessoa jurídica) ou do responsável (sócio administrador).
- b) foi instituída, no Brasil, pela Lei nº 8.397, de 06 de janeiro de 1992, e serve para colocar em indisponibilidade os bens do sujeito passivo ou do administrador de pessoa jurídica de direito privado.
- c) só pode ser proposta antes da execução judicial do crédito, tendo em vista sua própria denominação.
- d) pode ser concedida sempre que, por embaraço à ação fiscal, o sujeito passivo venha a praticar atos que demonstrem a intenção de impedir a constituição do crédito.

85) Toda ação ou omissão dolosa, tendente a impedir ou retardar, no todo ou em parte, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou evitar ou diferir o seu pagamento, caracteriza:

- a) elisão fiscal.
- b) sonegação fiscal.
- c) fraude fiscal.
- d) infração fiscal.

QUESTÕES DE DIREITO DO TRABALHO

86) Leia com atenção as proposições de I a IV, escolhendo após, dentre as letras “a” a “d”, a única alternativa correta:

I – não são consideradas como hora extra às variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

- II – o empregado que receber salário inferior ao mínimo tem direito de reclamar do empregador o seu complemento, ainda que haja contrato ou convenção em contrário.
- III – perde o direito as férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, percebendo salário, por 31 dias.
- IV – a época da concessão das férias ao empregado é a que melhor atender os interesses do empregador.

I – Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual o empregador e o sindicato representativo de categoria profissional estipulam condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho.

II – dentre outros requisitos, as Convenções e os Acordos Coletivos, devem compulsoriamente conter o prazo de vigência, direitos e deveres dos empregados e empresas; disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos e penalidades para os Sindicatos convenientes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.

III – não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a um ano.

IV – os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, fixando condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável, serão passíveis da multa neles fixada.

- (a) I e II estão corretas.
- (b) II e III estão corretas.
- (c) II e IV estão corretas.
- (d) I e IV estão corretas.

93) Depois de ler com atenção as proposições abaixo, assinale a letra correta:

I – As condições fixadas em Convenção quando mais favoráveis não prevaleceram sobre as estipuladas em Acordo.

II – Os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, podem recusar-se à negociação coletiva.

III – No caso de Convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos sessenta dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.

IV – Nos dissídios coletivos de natureza econômica não se admite nenhum processo sem antes se esgotarem as medidas relativas à formalização da Convenção ou Acordo correspondente.

- (a) Há incorreções nas alternativas II e IV.
- (b) Há incorreções nas alternativas III e IV.
- (c) Há incorreções nas alternativas I e II.
- (d) Há incorreções nas alternativas I e IV.

94) Assinale a alternativa correta, dentre as letras “a” a “d”, depois de ler as seguintes proposições:

I - A União Federal, os Estados, Municípios e respectivas autarquias têm o prazo em dobro para oferecer contrarrazões aos Recursos, de conformidade com o Decreto-lei nº 779/69.

II – Em caso de rescisão de contrato de trabalho, e não sendo contestado o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao empregado, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, o valor dessas verbas, sob pena de pagá-las com acréscimo de cinquenta por cento.

III – Tanto a compensação como a retenção só pode ser argüida como matéria de defesa.

IV - Os Juízes do Trabalho são os responsáveis pela certificação do vencimento dos prazos nos processos.

- (a) somente I e IV são corretas.
- (b) apenas I é correta.
- (c) somente II e III são corretas .
- (d) apenas a III e IV são corretas.

95) Leia com atenção as proposições de I a IV, escolhendo após, dentre as letras “a” a “d”, a única alternativa correta, considerando o texto consolidado:

I – As questões pertinentes a acidentes de trabalho se processam na justiça ordinária.

II – São órgãos da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho ou os Juízos de Direito.

III – As Varas do Trabalho não têm competência para conciliar e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

IV – A tentativa de conciliação é indispensável nos dissídios individuais e coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho, razão pela qual os juízes e os Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

- (a) As alternativas I e III estão corretas.
- (b) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- (c) As alternativas III e IV estão corretas.
- (d) As alternativas II e III estão corretas.

96) Leia com atenção as proposições de I a IV, elegendo após, dentre as letras “a” a “d”, a única alternativa correta.

I – Os recursos na seara trabalhista têm normalmente efeito devolutivo, permitindo-se a execução provisória até a penhora.

II – As partes não podem celebrar acordo depois de encerrado o juízo conciliatório.

III – Nos dissídios que versem sobre estipulação de salário, serão fixadas condições que, assegurando justo salário aos trabalhadores, permitam também justa retribuição às empresas interessadas.

IV – Não tem preferência nas fases processuais, o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência.

- (a) As alternativas I e III estão corretas.
- (b) As alternativas I, III e IV estão corretas.

- (c) As alternativas II e IV estão corretas.
- (d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

97) Após ler as proposições de I a IV, consoante dispõe o texto consolidado, marque a alternativa correta:

I – Os atos processuais serão públicos, a não ser que o interesse social recomende o contrário, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 19 horas.

II – A decisão sobre a exceção de incompetência é proferida na sentença que julga o mérito da causa.

III – O juiz tem obrigação de se declarar suspeito, e pode ser recusado, por inimizade pessoal, amizade íntima, parentesco por consangüinidade ou afinidade até o terceiro grau civil e interesse particular na causa, em relação à pessoa dos litigantes.

IV – O procurador-geral e os procuradores regionais da Justiça do Trabalho não têm legitimidade para suscitar conflito de jurisdição.

- (a) As proposições I e II estão corretas.
- (b) Apenas a proposição III está correta.
- (c) As proposições I e IV estão corretas.
- (d) Todas as proposições estão erradas.

98) Numa execução trabalhista foi penhorado um determinado bem do devedor Pedro, para garantia do crédito do exequente Joaquim. Após os trâmites legais, por determinação do Juiz da Vara Trabalhista, o bem foi à praça e Carlos o arrematou depositando 20 (vinte) por cento do valor do seu lance. Contudo, Joaquim requereu adjudicação do bem e Pedro remissão, ambos requereram antes da assinatura do auto de arrematação. É correto afirmar:

- (a) O bem ficará com Carlos.
- (b) O bem ficará com Joaquim.
- (c) O bem ficará com Pedro.
- (d) O bem ficará com aquele que tiver oferecido o melhor preço.

99) Analisando as proposições de I a IV, escolha, dentre as letras “a” a “d”, uma alternativa correta:

I – O precatório é um instituto de direito processual e as autarquias estaduais e as empresas cujo sócio majoritário é o Estado têm seus pagamentos efetuados via precatório.

II – Constitui requisito para a admissão do Agravo de Petição à delimitação da matéria e dos valores impugnados.

III – O empregado quando protocoliza uma reclamatória tem que comparecer pessoalmente à audiência sob pena de arquivamento. Contudo, se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível, poderá fazer-se representar por outro empregado ainda que não exerça a mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

IV – Segundo entendimento sumulado pelo Superior Tribunal Regional do Trabalho, o recurso adesivo é possível nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de revista, de embargos e de Agravo de Petição.

- (a) I e IV estão corretas;
- (b) II e IV estão corretas.
- (c) II e III estão corretas.
- (d) Todas estão corretas

100) Após analisar as proposições de I a IV, marque a letra correta.

I – No processo trabalhista inexistente o agravo retido. Contudo, para imprimir o efeito correspondente, utiliza-se o “protesto”.

II – Nos embargos à arrematação pode-se alegar nulidade da execução, pagamento, novação, transação ou prescrição, desde que anteriores à penhora.

III – A decisão proferida em sede de Embargos à Execução não comporta ação rescisória.

IV – Pedro, empregado celetista de autarquia estadual, com mais de dois anos, fora dispensado sem assistência e homologação prevista no art. 477, §§ 1º e 3º consolidado (do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, ou ainda, do Ministério Público, Defensor Público ou Juiz de Paz). Pedro não reconheceu a quitação, mas ela é válida porque as autarquias estaduais dispensam homologação ou assistência. Os recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados têm presunção relativa de veracidade.

- (a) I e II estão corretas.
- (b) II e III estão corretas.
- (c) III e IV estão corretas.
- (d) I e IV estão corretas.